

Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos

A instituição familiar vem concitando, nomeadamente no decurso de 1994, uma particular atenção por parte das mais diversas organizações, nacionais e internacionais. Considerada a «unidade fundamental da sociedade», assim consagrada em declarações e constituições políticas, a família tem estado no centro de discursos e de realizações. Mas, se este tema conseguiu introduzir alguma mobilização na sociedade civil, o mesmo não parece haver ocorrido na esfera política. Em Portugal nem o governo nem os partidos souberam ou quiseram, ao longo dos últimos vinte anos, elaborar e fazer actual uma política familiar. A sociedade portuguesa carece de uma legislação coerente e eficaz nesta matéria que permita às pessoas o exercício livre das suas opções.

Neste contexto, o discurso sobre a família prevalece sobre as realizações concretas. E, se realizações houve, não são suficientemente sustentadas por políticas governamentais, correndo o risco de se tornarem pontuais e passageiras. A análise de tal discurso reveste-se, no entanto, de uma grande importância pelo que contém ou omite. Recheado de oposições e, por vezes, mesmo de contradições, o discurso sobre a família traduz bem a situação actual, a configuração de um fenómeno que perdeu as características de facto homogéneo, pulverizado indefinidamente. Tendem a prevalecer modelos diferentes de convivência familiar, em correspondência com outras tantas experiências de vida. Os discursos reflectem diversas áreas de problematidade que atravessam o mundo hodierno e penetram no interior dos lares. A descodificação desses discursos passa necessariamente pela clarificação da realidade a que pretendem referir-se.

A análise que a seguir se apresenta tem como base os resultados de um inquérito lançado no espaço geográfico da Diocese do Porto. Foram enviados 10 000 questionários para estudo de uma população calculada em cerca de 2 milhões de habitantes. O tratamento dos dados recaiu sobre 2302, isto é, 23,02% do total dos inquéritos.

1. Não será fácil compreender a mudança na família se não se percebem as alterações produzidas na sociedade global. O mundo contemporâneo é cenário de rápidas e profundas transformações que atingem os domínios da economia, da

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ciência, da tecnologia, das relações sociais, das representações, dos valores e das normas, com uma dimensão cada vez mais global. O processo crescente de globalização planetária retira às sociedades e às pequenas comunidades o seu carácter de autonomia. A sociedade torna-se progressivamente um espaço aberto, e as estruturas e as representações sociais, permeáveis por osmose às mudanças, adquirem um grau maior de variabilidade.

As dinâmicas familiares são, de facto, função de transformações mais amplas que ocorrem na sociedade global. Não será, no entanto, destas mudanças estruturais que se ocupa este estudo, por serem, por demais, observáveis e reconhecíveis por todos. São abordados, de seguida, apenas os fenómenos tidos como mais relevantes para o conhecimento da problemática da família.

2. O mundo moderno passou de uma concepção orgânica da sociedade a uma concepção individualista. Não são mais os grupos que aparecem como centro de interesse e sede de direitos. O pensamento liberal libertou o indivíduo dos múltiplos enquadramentos em que ele se situava nas sociedades tradicionais. A filosofia dos direitos do homem, elaborada desde finais do século XVII, inscreve-se numa matriz liberal e desenvolve-se no campo de algumas crescentes tensões, designadamente as da privacidade *versus* a individualidade, do privado *versus* o público, da ética *versus* a moral. No interior destas coordenadas se tecem e entrelaçam relações e se constroem e impõem normatividades.

Esta passagem a uma outra concepção societal faz emergir algumas tendências marcantes na nossa contemporaneidade, das quais importa destacar as seguintes:

2.1. Tem vindo a operar-se uma dissolução, em larga escala, dos ligames sociais. O enfraquecimento ou mesmo a supressão de fortes constrangimentos impostos pela vida colectiva arrastam consigo a criação de alargados espaços de liberdade, onde a afectividade e o amor se apresentam sob novas configurações. O tempo do social conduziu à era da liberdade, e esta alterou a semântica do amor e do casamento.

2.2. Institucionalizaram-se, em consequência disso, formas de conjugalidade distintas da vida familiar. Desde que o fim do matrimónio deixou de ser a procriação, a relação entre os esposos, nas suas diferentes modalidades, adquiriu a principal relevância. Este facto obriga o estudo sobre a família a integrar uma maior diversidade de fenómenos.

2.3. A sexualidade autonomizou-se da família a partir do momento em que esta não se impõe mais como condição para aquela. Já anteriormente a sexualidade se havia tornado independente da conjugalidade, com a introdução quer de uma visão libertária do amor, quer do próprio amor livre. De acordo com recentes estudos, os jovens atribuem à sexualidade maior importância do que as gerações anteriores, ao mesmo tempo que se alarga o seu conceito. Para além das relações sexuais, inclui a intensificação do convívio entre os sexos.

2.4. O trabalho, por outro lado, tende a constituir para a mulher, designadamente nos estratos sócio-económicos mais elevados, a primeira forma de relacionamento social. Há no sexo feminino uma crescente aspiração à promoção social que entra,

por vezes, em conflito com um estatuto sexual dominado. As mulheres que possuem maior capital escolar e profissional escapam também mais facilmente e durante mais tempo à urgência de fundar uma família. A relação ao casamento e à vida familiar é então condicionada por outros factores. Há uma valorização da liberdade e da independência próprias da juventude e o reconhecimento de que a identidade pessoal e social é hoje mais uma produção individual do que o resultado, como outrora, da herança familiar.

2.5. A experimentação sobre o corpo humano, em consequência dos avanços das biotecnologias e da engenharia genética, vem produzindo uma profunda dessacralização e desencantamento do corpo humano, alterando as representações sociais sobre a vida, a morte, a filiação e a paternidade. A reificação do corpo, tornado o outro do sujeito, tende a ser levada ao seu extremo, em detrimento de uma concepção unitária do homem. Vivemos na era dos embriões congelados, da fecundação *in vitro*, da clonagem, das mães de aluguer, da comercialização do corpo humano e dos seus órgãos, da alteração do património genético e da transexualidade. A mudança das características dos seres humanos e a sua manipulação revolucionam os conceitos tradicionais da vida familiar.

Se o cientista é movido pelo encantamento da descoberta, não existindo nele outro desejo ou pulsão que não seja o querer compreender e conhecer o mistério ou a natureza das coisas, o utilizador da tecnologia é sobretudo atraído pelo prazer de manipular e de controlar, a que não será, porventura, alheia a vontade de poder económico ou político. Esta vontade de poderio faz converter frequentemente o saber científico disponível, sem nada lhe acrescentar, em pura manipulação, em detrimento do homem como consciência e liberdade.

O homem contemporâneo não possui a antropologia que merece, antropologia que supere o dualismo cartesiano e promova o espaço para um reencantamento do corpo como forma de se ser e de se existir humanamente na temporalidade. Paralelamente ao desenvolvimento de uma tal antropologia, importante e urgente será conhecer até onde se fazem sentir os efeitos perversos das biotecnologias e da biomedicina nas representações sociais do homem moderno, nomeadamente nas suas concepções sobre a família.

2.6. Com a geral divisão do trabalho nas sociedades contemporâneas, tomaram corpo, finalmente, campos autónomos de moralidade, à distância de princípios éticos. Assiste-se hoje a uma crise das legitimações morais. Ora, com a diversificação dos códigos morais, a família deixou de ser normalizada por orientações éticas. Este facto acompanha a mudança dos padrões de conduta e das representações, quer em relação à conjugalidade, quer em relação à vida familiar.

3. O desenvolvimento de tais tendências conduz, por toda a parte, a uma «família incerta», onde se compatibilizam fenómenos divergentes e, não raro, mesmo opostos. Nenhuma sociedade aparece totalmente integrada. Todas elas são, em cada momento histórico, o cruzamento de épocas diferentes. Descontínuas, descoincidentes e contraditórias são todas as épocas de mudança. Elas vivem da dialéctica de dois mundos, de um passado que resiste na sua aparente mesmidade

e de um futuro que torna difícil ou faz mesmo perecer o presente. O desfasamento dos processos e a descoincidência dos ritmos tornam extremamente múltipla e complexa a realidade.

Estes dois movimentos, que integram e animam o mundo moderno, propiciam ópticas de leitura bem diferentes, segundo se cede à inércia do passado ou se é movido pela ânsia do futuro. Olhares diversos exprimem-se também em discursos diferentes.

3.1. Esta diversidade de ópticas provoca, antes de mais, o surgimento de uma contradição aparente que se manifesta, de ordinário, em termos de crise da família *versus* afirmação do valor da família. A crise da família coexiste, na sociedade hodierna, com a acentuação do valor da família. Se a contradição é aparente, é porque, num caso e noutro, se vêem coisas não identificáveis.

3.2. A família tradicional — extensa ou nuclearizada — é, para a grande maioria, a principal experiência de convivência social. Tais modelos continuam a ser dominantes no mundo ocidental, e nomeadamente em Portugal. O seu predomínio pesa na avaliação positiva da instituição familiar.

3.3. A afirmação do valor da família aparecerá, em alguns casos, como forma de associação fortemente desejada para se fazer face ao estado de massificação que grassa na sociedade global. Ela actuará, no imaginário e na acção quotidiana das pessoas, como nostalgia de um mundo encantado, onde as relações sociais fluem com espontaneidade e com grande carga afectiva. Esta idealização da família contrasta com a sua real ou aparente desagregação. Está-se aqui perante uma família utópica, cuja análise permitirá ver como os homens de hoje tendem, em situações adversas, a visualizá-la e a idealizá-la, como mecanismo de fuga à complexidade, mais ou menos conflitual, que permeia as actuais sociedades.

3.4. Situações há ainda em que a família se apresenta configurada sob a forma de uma rede mais ou menos informal de relações e de proximidades pessoais e sociais. A convivialidade familiar é então mais aberta e flexível. Não tem mais nada a ver com a família normalizada tradicional, extensa ou nuclear. Incluem-se aqui as diversas modalidades atípicas de vida familiar, desde a referência a parentescos relativamente difusos, que não passam, de forma consciente e expressa, pelo casamento, ao mais consolidado relacionamento matrimonial. Tal valorização traduz a necessidade das sociabilidades elementares num tempo de dissolução generalizada dos ligames sociais.

4. Se a juventude europeia tendia a ver na família, num passado recente, uma instituição alienante, negadora da liberdade, hoje considera-a, cada vez mais, de forma positiva, como agrupamento onde as pessoas se sentem bem e em segurança.

Mas esta celebração da família é também acompanhada do esvaziamento das suas prescrições sacrificiais de outrora. Frequentemente, é reduzida a mero meio de realização íntima e pessoal. A instrumentalização da família aos direitos da subjectividade livre dissolve a ética tradicional, convertendo o matrimónio em simples factor dispensador da felicidade individualizada. Será, em consequência, apenas legítimo o casamento que consagre a autonomia de cada um ou, ao menos, a salvaguarde no seu mínimo indispensável.

A família tornou-se um espaço emocional, percorrido por dinamismos contrastantes, onde se desenham estratégias centradas na realização pessoal. Nos nossos dias é cada menos uma comunidade estável, sujeita como está a sucessivas oscilações. Os direitos subjectivos tendem a prevalecer sobre as obrigações inerentes ao grupo. A prioridade reclamada para a felicidade individual conduz progressivamente à instrumentalização da família.

5. O mundo contemporâneo vive sob o signo da crise. Uma sensação generalizada de mal-estar faz crer que a sociedade está a ser abalada nos seus próprios fundamentos. A anomia parece ter invadido os mais diversos sectores de actividade e a espiral da crise ameaça atingir diversas formas de vida associada.

O processo difuso de desinstitucionalização vem afectando, na verdade, os ligames sociais. Posto em causa o universo das representações, os sistemas de relação perdem a sua estabilidade. A desinstitucionalização em cadeia provoca a decomposição da família, destruindo-a como célula social, deixando, em seu lugar, relações interindividuais, cada vez mais problemáticas. O desaparecimento do familismo, dominante na sociedade tradicional, fez mover primeiro a estrutura da família e apagou depois o próprio espírito de família, reduzindo as relações familiares a formas comuns de relações.

Os movimentos antagónicos que atravessam a instituição familiar estão na base da coexistência de alguns discursos: o discurso da crise e o discurso laudatório dos valores familiares. Tanto o discurso da crise como o discurso laudatório possuem uma suficiente carga ideológica. Mas, enquanto um atende às novas modalidades de vida conjugal e familiar, o outro encerra em si a nostalgia dos valores tradicionais.

Mais do que crise — ou esta será a sua dimensão e o seu sentido —, as actuais dinâmicas familiares traduzirão antes um processo de adaptação ou de reajustamento às novas condições de vida, com a extensão do seu conceito. As realidades existenciais e a mente das pessoas continuam ainda presas a situações sócio-históricas do passado. Tende a fugir-se aos espartilhos criados, supervalorizando-se a crise ou fugindo-se a ela, enaltecendo-se os valores.

5.1. Os efeitos perversos deste processo de adaptação — vulgarmente designado por crise — revelam-se, no conjunto dos países europeus, neles incluindo Portugal, em vários indicadores. Nos últimos vinte anos operou-se uma mudança nos padrões de conduta familiar, com as seguintes orientações fundamentais:

- a) As taxas de nupcialidade baixaram sensivelmente e o casamento passou a ser menos frequente e cada vez mais tardio;
- b) O casal fragilizou-se e o divórcio tornou-se banal, subindo em flecha as suas taxas, atingindo sobretudo as classes médias;
- c) A duração média dos casamentos baixou e o divórcio ocorre cada vez mais cedo;
- d) Cresceram significativamente os grupos domésticos monoparentais e o número de pessoas que vivem só, com a generalização de situações de pesada solidão, nomeadamente nos grandes centros urbanos;

- e) Embora a maioria dos divorciados ou separados volte a casar, o recasamento destes é progressivamente mais raro;
- f) A coabitação juvenil e as uniões de facto têm conhecido igualmente um grande incremento;
- g) Persiste o princípio da homogamia, com a união de parceiros semelhantes, do ponto de vista social e cultural;
- h) As taxas de natalidade atingem valores muito baixos e mantêm-se relativamente estáveis;
- i) As taxas de nascimentos fora do casamento são progressivamente mais elevadas em relação ao conjunto das uniões.

Em alternativa aos modelos tradicionais de família, depara-se actualmente com um vasto espectro de situações de vida familiar e de conjugalidade. Ao lado da família extensa existem as seguintes modalidades: a família nuclear (sob a forma de família aliança, fusão ou associação), a coabitação juvenil, a família associação de facto e a relação livre sem associação.

Numa sociedade onde as condições de vida, a longo termo, não são mais previsíveis valoriza-se o presente em detrimento do futuro. O mundo contemporâneo favorece o modelo familiar que dá prioridade ao imediato, à satisfação dos momentâneos prazeres da vida. Perdem, em consequência, sentido os compromissos definitivos e a família torna-se estruturalmente instável.

Fazer com que, no processo de adaptação da família às novas condições de vida moderna, os efeitos perversos sejam superados e a situação de crise assuma a forma de purificação da instituição familiar, em termos da sua valorização como grupo social, esse parece ser o grande desafio proposto a este tempo que nos coube viver, essa é a enorme responsabilidade da presente época histórica.

A mudança não se opera somente nas estruturas. Atinge, em particular, as mentalidades e as atitudes. A família entrou em crise, sobretudo para aqueles que já não acreditam no casamento, em sintonia — dizem — com o tempo que corre. De acordo com tal perspectiva, o matrimónio e a família não são mais os espaços por excelência da afectividade e do amor, muito menos da realização pessoal.

5.2. Ao lado do discurso da crise situa-se o discurso laudatório dos valores da família. Este último discurso veicula um modelo de família que, de forma normalmente subentendida, se quer afirmar face ao que se considera como sua desagregação. Tal discurso apresenta-se com uma dupla orientação: ou de pendor doutrinal — preocupado mais com o dever-ser da família do que com o seu ser actual — ou centrado sobre avaliações subjectivas, situadas entre o ser e o dever-ser.

O discurso doutrinal valoriza a solidariedade e a partilha da intimidade num mundo de crescente individualismo. É, assim, um discurso retórico que pretende glorificar as alegrias da intimidade familiar e o valor afectivo e a segurança do lar. Recusa, em consequência, a existência de uma crise generalizada dos valores da família, afirmando, ao contrário, a sua perenidade, quando não a sua actual pujança.

Este discurso é sempre sustentável, qualquer que seja a realidade existente. Mas, se ele pretende ocultar as transformações que afectam a família, passando ao lado

dos conflitos e das contradições que a envolvem, não deixa de conter alguma irresponsabilidade, pela relativa indiferença que possa mostrar em relação aos problemas concretos das pessoas. Salientando, porém, os aspectos positivos da própria crise, assume uma função coadjuvante de reajustamentos adequados. Sabe-se que a difusão da ideia de crise da família, na mentalidade geral, tende a acentuar a mesma crise. Porque os fenómenos sociais têm uma relação de circularidade, «o conhecimento da alta taxa de divórcios pode afectar a própria decisão de casar». De facto, no entender de Anthony Giddens, «o casamento e a família não seriam aquilo que são actualmente se não estivessem completamente ‘socializados’ e ‘psicologizados’». Consequentemente, «as mudanças nos padrões de valores não são independentes das inovações de orientação cognitiva provocadas por mudanças nas perspectivas sobre o mundo social»¹. A vida social engloba simultaneamente práticas e representações, que se inter-relacionam de forma circular.

Desde que o divórcio se tornou o futuro estatisticamente possível de cada lar formado, perde o seu carácter estigmatizante e estigmatizado. A estigmatização diz mais respeito hoje aos procedimentos do divórcio. O sucesso da concepção do «bom divórcio» mantém uma particular relação com a cultura actual, dominada pela ideologia da autonomia e da privatização.

O discurso laudatório dos valores da família centrado sobre avaliações subjectivas, esse capta sobretudo opiniões ou dimensões particulares da realidade. Se pretende ser científico, nem sempre atende suficientemente ao que está em causa.

Quando se fala, de facto, do valor da família, não se desconstrói, de ordinário, o conteúdo desse valor. Trata-se da importância da continuidade da família extensa ou nuclear? Das modalidades informais de vida familiar? De formas alternativas de conjugalidade? De meras relações de parentesco? De uma simples nostalgia face à ruptura sistemática das relações sociais?

Orientando-se a análise para o estudo das opiniões, será necessário ter presente a distância que possa haver entre o que se pensa, o que se declara e as práticas sociais. Mesmo nos casos em que a família aparece como um fracasso, é ainda possível, em relação ao mundo das representações ideais, que alguém emita uma opinião valorativa. E, entendendo que ela está perfeitamente ultrapassada, poderá não querer arriscar-se publicamente a opinião.

Quando a avaliação se refere a realidades, atende-se, normalmente, ora à família normalizada — e aí é fácil encontrar valores —, ora a modelos emergentes de família — e também aqui não é impossível descobrir aspectos positivos. Diferentes são, contudo, os valores dos modelos consolidados, dos valores dos modelos emergentes.

A família tradicional era igualmente, ou talvez antes de mais, uma organização económica. Operou-se nos últimos tempos uma purificação em relação à sua dimensão institucional, com a sua transformação em grupo social. Esta passagem é vivida e avaliada por alguns como crise, por outros é entendida como libertação.

Talvez o discurso da crise apareça mais próximo da análise experiencial, enquanto o discurso laudatório tende a exprimir sobretudo o universo oscilante das opiniões.

¹ Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992, pp. 33 e 34.

6. Qualquer que seja a configuração da realidade familiar, esta é também contemporânea da violência e de uma certa violação dos direitos do homem². Torna-se, por vezes, bastante aparente o conflito entre a concepção da família, enquanto espaço da afectividade e do amor, e a prática da violência.

A conflitualidade atravessa, na verdade e de forma endémica, a família de hoje. Tem-se vindo a perder o equilíbrio nas relações familiares. Quando as metas a atingir são o ganhar muito e o consumir sempre mais, deteriorizam-se e fragilizam-se as relações sociais. Os filhos transformam-se, desde então, em simples peso económico e a lógica da conjugalidade passa a prevalecer sobre a lógica familiar. Nesta perspectiva, a família poderá ser rejeitada, desde que concebida como constrangimento e factor limitador da liberdade e da realização individual, sem compromissos. Não há família sem conjugalidade, mas esta pode existir sem qualquer empenhamento familiar.

Os pais consideram terem o direito/dever de castigar os filhos, criando, em muitos casos, as condições favoráveis à prática da violência. Nem sempre é fácil saber onde termina o castigo e começa a violência. O disfuncionamento do sistema conjugal poderá, assim, converter o lar em família de risco.

A socialização dos homens de amanhã é posta, em tal contexto, em causa. A violência no lar compromete o desenvolvimento equilibrado da família no futuro. As famílias actuais, vivendo no conflito e na violência, criam nos jovens uma atitude contrária ao casamento. Não se trata somente da vivência harmoniosa na família contemporânea, mas ainda da sua projecção na sociedade de amanhã.

Não será certamente a conjugalidade que corre maiores riscos. O que parece estar particularmente em causa é a constituição de um lar, onde os filhos sejam desejados e acolhidos com carinho. O passado dos jovens poderá desaconselhar-lhes a reprodução de experiências recheadas de conflitualidade e de violência.

As crianças, nas sociedades complexas de hoje, aparecem bastante fragilizadas, feitas, com frequência, objecto de atentados à dignidade e de violação dos direitos do homem, mas são também uma janela aberta sobre o futuro, postos como estão os seus olhos noutros mundos que despontam no horizonte e que só os seus olhos alcançam.

A família entra em desagregação quando se deixa de sentir e perceber o mistério da vida.

7. À luz do precedente quadro de análise e tendo em conta as tendências emergentes anteriormente apontadas, assume o devido relevo a abordagem que, de seguida, será feita sobre o que, no domínio da família, está a ocorrer no espaço da Diocese do Porto. Serve de base ao presente estudo uma amostragem que cobre a quase totalidade do distrito do Porto e parte importante do distrito de Aveiro.

O inquérito foi lançado em meio predominantemente católico e terá sido dirigido (se se atende à mediação na sua aplicação) a pessoas com alguma ligação

1156 ² A. Teixeira Fernandes, «Os direitos do homem nas sociedades democráticas. A violência na família», in *Sociologia — Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, 4, 1994, pp. 7-47.

a movimentos apostólicos ou, pelo menos, à Igreja. Atinge sobretudo indivíduos casados (89%). Apenas 3% são solteiros.

Por sexo, estão representados 75% de homens e 19% de mulheres (com 6% de NS/NR). Quanto às habilitações literárias, 49% possuem o 1.º ciclo (4.ª classe) e 15% o 2.º ciclo. Trata-se de pessoas, com 44 anos de média etária, com um capital escolar bastante baixo, havendo apenas 6% com curso superior e 5% com um curso médio, tanto no sexo masculino como no feminino.

Residem sobretudo em meio rural (56%), de acordo com a declaração expressa, habitando em vila 18% e em cidade 20%. 55% dos homens trabalham por conta de outrem e 26% por conta própria. Encontram-se, na sua grande maioria, no exercício efectivo de actividade profissional. 12% estão no desemprego.

Poderá afirmar-se que a análise incide fundamentalmente sobre pessoas pertencentes às camadas baixas e médias da sociedade e com uma mentalidade tendencialmente rural. Não atingirá, por isso, os segmentos da população onde a erosão da estrutura familiar é mais intensa, profunda e visível. Os resultados da pesquisa revelam, além disso, que os inquiridos formam uma população relativamente homogénea, sobretudo do ponto de vista da mentalidade. São disso prova os cruzamentos de variáveis que se fizeram, alguns deles mencionados ao longo da análise, cujas regularidades desaconselharam a publicação na sua totalidade.

As tendências que se revelam no estudo são, consequentemente, bem significativas do processo de desinstitucionalização familiar em curso nos meios em causa.

Não é objectivo desta abordagem a quantificação de algumas variáveis que, de uso corrente, são apontadas como indicadores do grau de estruturação e de estabilidade da família. Utilizam-se, neste particular, os dados fornecidos pelo INE sobre a frequência do matrimónio, religioso ou civil, e sobre as taxas de natalidade e de divórcio. Mais do que a sua estrutura e as suas funções, entendeu-se importante estudar as representações, os valores e as normas relativos à família, tendo em conta a sua incidência actual e tentando antever o seu desenvolvimento no futuro próximo.

Também não foi inquirida a juventude. Mas, embora tenham sido preferentemente sondados os casados, não se trata unicamente de uma análise sobre a conjugalidade. A ideia de família e da sua evolução é dada pelos próprios cônjuges. Conveniente seria conhecer ainda o que pensam os jovens sobre a família de origem e sobre o lar que idealizam e preparam para amanhã. Não deixaremos, porém, de esboçar, oportunamente, o mundo das representações da família próprio da juventude, a partir dos resultados de inquéritos realizados em outras regiões do país, no suposto de que apresentam um grau elevado de universalização nacional.

De acordo com os dados publicados pelo INE, as taxas de casamento, divórcio e natalidade têm vindo a alterar-se de forma significativa ao longo das últimas décadas. Enquanto as taxas de divorcialidade sobem, as de natalidade descem acentuadamente.

No Grande Porto o divórcio (percentagem calculada sobre a totalidade dos casamentos dissolvidos no respectivo concelho) apresenta, em 1991, maior frequência em Espinho (29,87%), seguida de perto do Porto (26,78%) e de Matosinhos (26,24%), e aparecendo somente depois Vila Nova de Gaia (21,43%), Maia (20,00%), Valongo (19,10%) e Gondomar (18,70%). Por sua vez, os casamentos

não católicos, igualmente em 1991, realizam-se em maior número (calculando também aqui a percentagem sobre a totalidade dos casamentos celebrados no respectivo concelho)³ na cidade do Porto (35,98%), ordenando-se os restantes concelhos do seguinte modo: Espinho (26,80%), Matosinhos (26,28%), Maia (23,78%), Vila Nova de Gaia (23,38%), Valongo (17,30%) e Gondomar (16,43%). O volume dos casamentos não católicos é, evidentemente, superior ao dos matrimónios civis. Naqueles estão incluídos os casamentos celebrados em outras religiões.

Nupcialidade e dissolução do casamento
Em percentagem

[QUADRO I]

			1960	1970	1981	1991
Total nacional .	Nupcialidade . .	Casamento católico	90,75	86,59	74,02	72,05
		Casamento não católico . . .	9,25	13,41	25,98	27,95
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
	Dissolução do casamento . .	Por morte	97,68	97,18	55,86	81,30
		Por divórcio	2,32	1,38	—	18,43
		Por separação	—	1,44	—	0,27
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
Porto (conce- lho)	Nupcialidade . .	Casamento católico	90,41	87,00	62,80	64,02
		Casamento não católico . . .	9,59	13,00	37,2	35,98
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
	Dissolução do casamento . .	Por morte	96,40	94,95	54,45	72,89
		Por divórcio	3,60	0,90	—	26,66
		Por separação	—	4,15	—	0,45
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
Aveiro (conce- lho)	Nupcialidade . .	Casamento católico	97,85	93,40	77,21	70,24
		Casamento não católico . . .	2,15	6,60	22,79	29,76
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
	Dissolução do casamento . .	Por morte	96,17	97,45	44,63	77,54
		Por divórcio	3,83	0,05	—	21,93
		Por separação	—	2,50	—	0,53
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
Lisboa (conce- lho)	Nupcialidade . .	Casamento católico	63,75	61,24	87,92	53,44
		Casamento não católico . . .	36,25	38,76	12,08	46,56
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
	Dissolução do casamento . .	Por morte	89,85	91,74	62,22	67,19
		Por divórcio	10,15	4,85	—	32,39
		Por separação	—	3,41	—	0,42
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: INE.

³ Não se trabalha aqui com taxas, quer de natalidade, quer de nupcialidade, que teriam de ser construídas com base nas respectivas populações globais e expressas em permilagens. Trata-se de

Natalidade dentro e fora do casamento
Em percentagem

[QUADRO III]

			1960	1970	1981	1991
Total nacional . . .	Natalidade . .	Dentro do casamento . . .	90,55	92,78	90,50	84,4
		Fora do casamento	9,45	7,22	9,50	15,60
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
Porto (concelho) .	Natalidade . .	Dentro do casamento . . .	92,02	94,7	85,25	77,02
		Fora do casamento	7,98	5,3	14,75	22,98
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
Aveiro (concelho)	Natalidade . .	Dentro do casamento . . .	92,67	93,35	92,13	84,28
		Fora do casamento	7,33	6,65	7,87	15,72
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00
Lisboa (concelho)	Natalidade . .	Dentro do casamento . . .	82,69	88,02	83,95	70,04
		Fora do casamento	17,31	11,98	16,05	29,96
		<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: INE.

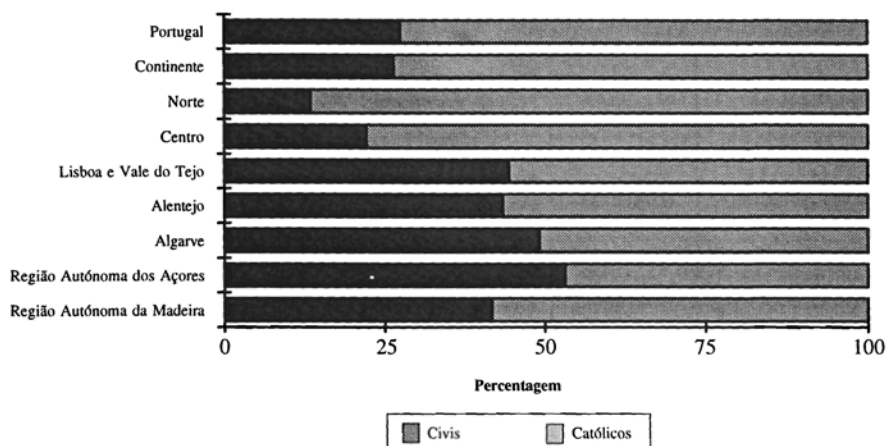
O aumento dos casamentos civis e a divorcialidade são fenómenos que acompanham a penetração e a circulação de uma nova mentalidade nos diversos meios sociais. A sua frequência é, do mesmo modo, maior onde a exposição a tais ideias é intensa. A sua influência faz-se sentir nos centros urbanos, como o Porto, ou nas importantes regiões de turismo, como Espinho. O relativo isolamento das populações, como acontece em zonas do interior, torna-as mais imunes aos ventos de mudança, sendo aquelas percentagens aí residuais. Haverá aqui um certo desfasamento entre a mentalidade, em acelerada mudança, e a manutenção das práticas sociais. Este facto comprova que o que está em causa são as transformações operadas no mundo das representações, dos valores e dos padrões de conduta face ao casamento e à família. Quanto mais elevadas são as taxas de divorcialidade, menor, por outro lado, é a distância entre homens e mulheres em relação ao recasamento. Deixam de actuar, neste caso, tanto a estigmatização do divórcio como a estigmatização do recasamento. Estes dois tipos de estigmatização encontram-se, com frequência, fortemente associados.

Os casamentos civis e a natalidade fora do casamento apresentam, em grande parte e pelas mesmas razões, uma distribuição desigual no espaço nacional. Actuam, como factores determinantes, o processo de descristianização, o peso de ideologias e a influência de ideias mais libertárias.

analisar o valor relativo dos casamentos não católicos e do divórcio, em correspondência com o conjunto dos casamentos celebrados ou dissolvidos. O mesmo critério presidiu à elaboração dos quadros I e II.

Casamentos civis e católicos por regiões do facto (1991)

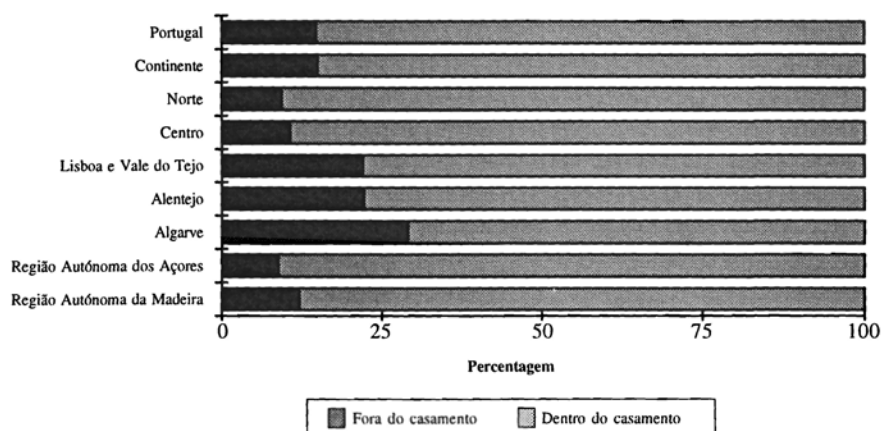
[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: INE.

Natalidade dentro e fora do casamento (1991)

[GRÁFICO N.º 2]



Fonte: INE.

O divórcio tende a ser encarado de harmonia com a forma de casamento que lhe antecede. O problema não parece estar tanto na «saída», mas na «entrada» na vida matrimonial. A ruptura pode ser vista como expressão de um modelo de casamento, e não tanto como o resultado de um conjunto de carências não satisfeitas pelo sistema. Este põe em causa, na sua crise, principalmente os aspectos institucionais do casamento, com reflexos evidentes na sua ritualização e na natalidade. A dimensão afectiva é reconstruída, normalmente, numa outra forma de conjugalidade ou de família.

As representações, os valores e as atitudes perante o casamento e a vida familiar são o objecto principal de análise. Trata-se de conhecer a avaliação subjectiva de um fenómeno em processo de rápida transformação.

7.1. Uma das questões fulcrais deste estudo é a que se refere ao lugar que ocupa a instituição familiar na própria estruturação da sociedade numa época de recomposição das sociabilidades. Na sua quase totalidade (97%), reconhece-se nela a «célula base» da vida social. 2% não estão de acordo.

Concebendo a família como elemento fundamental da sociedade, uma percentagem elevada (36%) entende que ela «não resiste à crise por que está a passar». Os 60% que discordam de que ela não resiste à crise reconhecerão as muitas transformações em curso no seu seio e poderão ser, em alguns aspectos, permeáveis a elas. Seria necessário conhecer, para isso, o eventual conflito existente entre a força das ideias novas e o alcance da sua penetração e a conformidade às práticas sociais impostas por acção da inércia ou do controle social.

Importância institucional e capacidade de resistência

Em percentagem

[QUADRO III]

Família	Sim	Não	NS/NR	Total
Célula base	97	2	1	100
Capacidade de resistência à crise . .	60	36	4	100

Se se tende a aceitar o carácter trans-histórico da família e a sua perenidade (60%), pensa-se também que «a forma como se constitui e se vive em família», em relação ao passado, «é pior». O pessimismo quanto à sua forma de existência actual prevalece sobre o optimismo. Somente 42% entendem que ela é «melhor».

Mudança na constituição e vivência em família

Em percentagem

[QUADRO IV]

	Melhor	Igual	Pior	NS/NR	Total
Forma de constituição e de vivência em relação ao passado	42	8	47	3	100

Existe, no imaginário das pessoas, a ideia de que a família alargada é mais consentânea com a existência humana. Este modelo é concebido, no entanto, como não «adequado ao mundo de hoje», embora apareça como «mais adequado à vida e à realização das pessoas» (53%). Vista como incompatível com as actuais condições de vida, a família extensa ocupa ainda um lugar de relevo nas representações

sociais, constituindo um espaço privilegiado para se ser pessoa. A família nuclear será uma resposta directa ao individualismo moderno, que multiplica as possibilidades de relação social, mas apouca, se não o conteúdo, ao menos a sua duração.

Grau de adequação actual
Em percentagem

[QUADRO VI]

	Alargada	Nuclear	NS/NR	Total
Mais adequada à realização das pessoas	53	45	2	100
Mais adequada ao mundo de hoje	34	63	3	100

Há, na verdade, um nítido conflito entre a imagem desejada de família e as suas modalidades concretas de existência. Continua a desejar-se o que não parece ser mais possível alcançar. Esta situação de relativa inadaptação aos actuais modelos de família e a ligação afectiva a formas do passado podem ser indiciadoras de um desenquadramento bem mais profundo e mais vasto, próprio das nossas sociedades. Haverá não só uma desinstitucionalização, como um desenraizamento bastante generalizado em meio urbano ou urbanizado, que poderá afectar o equilíbrio social e afectivo das pessoas. A família sofrerá directamente os efeitos da acção desses dois factores.

Dando fundamento a esta hipótese, nas zonas urbanas e urbanizadas deveria existir uma maior nostalgia da família alargada. Se se tem em conta a região de residência, as habilitações literárias e a actividade profissional, as percentagens revelam-se, no entanto, constantes. Em todos os casos, a capacidade de adequação da família extensa à realização das pessoas anda à volta dos 54%, contra 46% dos que consideram mais adequada a família nuclear.

Falta saber como a urbanização, pelos reajustamentos existenciais que provoca, cria tensões na vida dos indivíduos, com efeitos nas suas modalidades de convivialidade. Importa conhecer ainda o grau de difusão da mentalidade urbana nos meios rurais. As tensões tenderão a variar, em princípio, de acordo com o capital escolar, social e cultural. As modalidades de sociabilidade, nelas incluída a família, estão em relação directa com um conjunto de outros factores que é necessário ter em conta no estudo deste particular fenómeno. Não é, porém, na cidade do Porto que os valores percentuais são mais elevados na avaliação da incapacidade da família em resistir à crise.

7.2. A família passou de uma relação de estabilidade estrutural a uma outra de estrutural instabilidade. A consciência difusa desta instabilidade apreende-se, quer quando se aborda a formação de novos casais, quer quando se atende à solidez dos casais já constituídos.

Colocando as pessoas face a uma situação simulada, uma percentagem elevada declara que, se se viesse a desfazer o seu próprio matrimónio, não voltaria a casar. O grau de satisfação encontrada no casamento poderá não ser, porventura, muito alto. Mesmo entre aqueles que declaram voltar a casar-se (52%) poderá aventar-se

a hipótese de uma distribuição desigual da satisfação. A escala dessa distribuição e as respectivas frequências seriam necessárias a uma análise mais aprofundada.

A relação afectiva

Em percentagem

[QUADRO VI]

	Sim	Não	NS/NR	Total
É melhor ficar solteiro do que casar.	17	80	3	100
Se se desfizesse o casamento, voltaria a casar ..	52	44	4	100

Constituição e estabilidade da família actual

Em percentagem

[QUADRO VII]

	Sim	Não	NS/NR	Total
Condições mais favoráveis para os jovens	33	62	5	100
Maior estabilidade em relação ao passado	28	69	3	100
Mentalidade de hoje mais favorável à constituição do matrimónio	43	54	3	100
Mentalidade de hoje mais favorável à estabilidade matrimonial	33	63	4	100
Instabilidade resultante da deslocação da afectividade do casal para os filhos	17	80	3	100
Vivência cristã, factor importante na harmonia e estabilidade familiares	93	5	2	100
Conhecimento de situações em que o ser católico não diminui a conflitualidade e a instabilidade na família	70	25	5	100

A tendência é para se pensar que a família de hoje é «menos estável» do que outrora (69%). Somente 28% pensam que ela é «mais estável». Tal avaliação permanece idêntica tanto no sexo masculino como no sexo feminino. 29% dos homens e das mulheres entendem que a família actual é mais estável, enquanto 71% a têm como menos estável. Estas mesmas percentagens mantêm-se segundo a idade, a região de residência, as habilitações literárias e a profissão exercida.

Estabilidade da família segundo o sexo

Em percentagem

[QUADRO VIII]

	Mais estável	Menos estável	Total
Homem	28,68	71,32	100
Mulher.	28,70	71,30	100

Marcante parece revelar-se a consciência de que a família é dotada de menor estabilidade e de que, por isso, os jovens não dispõem actualmente de «condições

para constituírem um lar estável para toda a vida» (62%). Não só se reconhece a instabilidade do próprio lar, como se avalia ainda de forma negativa o futuro dos jovens em relação à família. Em que medida esta avaliação do futuro dos jovens é uma projecção das dificuldades experimentadas no presente ou uma mera observação empírica do que ao lado se passa, é uma questão que conviria controlar. Parece indubitável que a compreensão dos desvios introduzidos na instituição familiar é uma função da situação vivida e da rigidez dos princípios incorporados.

Avaliação subjectiva do divórcio

Em percentagem

[QUADRO IX]

	Sim	Não	NS/NR	Total
Crescimento do número de divorciados	56	36	8	100
Tendência para o recasamento	42	27	31	100
Tendência para a integração dos divorciados e recasados na comunidade cristã	42	29	29	100

Se a mentalidade geral parece não ser «favorável à constituição do matrimónio» (54%), menos aberta se mostra à «estabilidade matrimonial» (63%). O casamento apresenta largas margens de incerteza, mesmo quando aparentemente dotado de relativa estabilidade, até pela vinculação jurídica criada.

Existe uma consciência difusa de que «tem vindo a crescer o número de divorciados» (56%), que estes divorciados «tendem a recasar-se» (42%) e que os recasados são relativamente «integrados na comunidade cristã» (42%). A sensibilidade em relação ao aumento dos divórcios não é geral, assim como a ideia de que se recasam e se integram na «comunidade cristã». É, de facto, elevada a percentagem dos que «não sabem» ou «não respondem».

O recasamento reveste-se, nas sociedades contemporâneas, de uma certa ambiguidade. Participa, por um lado, da representação que se tem do divórcio. Os recasados não escapam à estigmatização — quando ela existe — própria dos divorciados. Mas o recasamento tende, por outro lado, a ser valorizado, na medida em que recria uma normalidade conjugal e familiar. Aparece então como indicador de uma boa readaptação e, finalmente, como um índice da estabilidade do próprio sistema matrimonial global.

Nas sociedades com predomínio religioso, onde o casamento surge como um tempo forte de adesão a valores, a difusão da união livre e da coabitação, assim como a ruptura fácil da conjugalidade, significam, contudo, também uma certa «desintegração» de valores.

Existe actualmente uma difusa sensibilidade que conduz a ver a instituição familiar em estado generalizado de crise, agitada por uma instabilidade estrutural. Tal mentalidade parece ser cada vez menos propícia ao matrimónio e a uma comunhão de vida para sempre. O relativismo dos valores e uma certa moral de situação terão atingido de forma indelével a instituição familiar.

7.3. Diversas são as causas atribuídas à crescente desagregação da família. Por ordem decrescente, essas causas, assinaladas pelos próprios inquiridos, são a doença, a falta de condições económicas, o desemprego, a carência de habitação e a imaturidade humana.

Factores de instabilidade

[QUADRO X]

1.º	Doença
2.º	Falta de condições económicas
3.º	Desemprego
4.º	Carência de habitação
5.º	Imaturidade humana

A doença, na actualidade, é um dos factores de forte desgaste da família. No turbilhão da vida agitada, tende a diminuir a capacidade para suportar os outros, nomeadamente quando estes aparecem grandemente fragilizados ou atingidos pela desventura. A sociedade não consente o incómodo dos subprodutos. A doença não é tolerada para além de um prazo razoável para o não ser. Quando surge sem prazo, cria enfado e uma vontade de rejeição.

Vêm depois as infra-estruturas tidas como indispensáveis à boa convivência e estabilidade familiares, tais como a falta de condições económicas, o desemprego e a carência de habitação. Em meio urbano ou urbanizado, como tende a configurar-se todo o espaço da região do Porto, estes factores condicionam fortemente não só a composição, como ainda a estabilidade da família.

Atendendo a este mesmo problema — das causas da desagregação —, mas agora pelo seu lado positivo, verifica-se que os aspectos que «mais contribuem para a estabilidade e o bom ambiente» familiares são, também por ordem decrescente, indicada pelos próprios inquiridos, o respeito, a compreensão mútua, o diálogo, a verdade e a afectividade.

**Factores que contribuem para a estabilidade
e o bom ambiente na família**

[QUADRO XI]

1.º	O respeito
2.º	A compreensão mútua
3.º	O diálogo
4.º	A verdade
5.º	A afectividade

Convém salientar que uns são factores que propiciam a vida harmoniosa, na sua dupla componente de condições materiais e de posicionamento e estado de espírito, outros são os objectivos procurados na vida conjugal. Tende a buscar-se na família,

por ordem decrescente, a relação afectiva, a realização espiritual e a realização pessoal. Mas tais objectivos não são obtidos sem o mútuo respeito, a recíproca compreensão, o diálogo e a verdade.

Com base neste conjunto de factores, tidos como indispensáveis ao bom relacionamento familiar, constata-se o seguinte quadro: as pessoas são atraídas e impelidas para o matrimónio na busca da relação afectiva, da realização espiritual e da realização pessoal. Os dados recolhidos mostram que estas são as motivações essenciais da conjugalidade no universo estudado, pelo menos as razões mais elevadas e expressas em declarações. Não deixa de ser curioso observar o facto de ninguém ter assinalado a satisfação sexual, a autonomia e um melhor nível social. Este poderá ser um indicador de que a família, nas sociedades contemporâneas, deixou de ser a instituição indispensável à obtenção de tais finalidades. A relação sexual é conseguida através de uma generalizada permissividade precoce neste domínio. A autonomia é obtida sobretudo mediante a inserção no mercado de trabalho. O melhor nível social é alcançado quando se atinge a posse de um suficiente capital escolar, social e profissional. Estas outras fileiras de acesso ao que as pessoas têm como mais desejável poderão subalternizar a constituição familiar.

De acordo com uma outra perspectiva de explicação, a razão da periferização da satisfação sexual, autonomia e melhor nível de vida encontrar-se-á nas características da própria população que é objecto de estudo e na sua possível contenção em sublinhar estes aspectos.

São factores materiais de apoio as condições económicas e habitacionais. Revestem-se de um particular carácter instrumental, mas não se lhes deve retirar a sua importância. Constituem, de facto, elementos condicionantes de uma boa e estável relação, embora não sejam contados pelos inquiridos entre os factores que mais contribuem para a estabilidade e o bom ambiente na família.

7.4. Se a família, nas sociedades de hoje, está sujeita a uma forte erosão, é porque carece também de adequados «serviços de apoio» (46%). Estes serviços ou não existem, ou, existindo, não são dotados de grande capacidade. 44% recusam pronunciar-se sobre a sua qualidade, 29% consideram-nos «razoáveis» e apenas 14% os julgam «bons». Parece constatar-se a ausência de uma rede de serviços que forneçam às famílias a ajuda de que necessitam.

Mesmo a «pastoral familiar», centrada sobre o lar existente, não parece ser generalizada e, nos casos em que é praticada, nem sempre é objecto de alto apreço. Somente em 23% das situações é tida como «boa». Há sobretudo «serviços de preparação para o casamento». Faltam «encontros de reflexão», «encontros de convívio» para casais, «serviços de acompanhamento» e a «criação de serviços de acolhimento».

Compreende-se, assim, com base nos resultados em análise, que, quando se põe a questão do tipo de «apoio à família», as pessoas se sintam inclinadas a solicitar uma acção orientada para a «criação de mentalidade favorável ao matrimónio» (55%), em vez de uma ajuda directa ao próprio casal (42%). Mais do que o apoio directo, será importante contrariar a mentalidade geral, incutindo valores favoráveis à vivência estável em família. A percentagem sobe aqui para 73%. Há uma

viva consciência de que a estabilidade do lar não se alicerça unicamente no seu interior. Estará sujeita à oscilação da mentalidade e ao conflito de valores e de normas. A instituição familiar encontrar-se-á sacudida nas suas estruturas e até mesmo nos seus fundamentos. Mas ao mesmo tempo há uma consciência clara dos perigos que a rodeiam. Será então de reduzido alcance reforçar apenas os apoios que a sustentam. Importante parece ser atender aos ventos que, de todos os lados, a fustigam. Se a família actual é estruturalmente instável, não será apenas porque entraram em ruína os fundamentos materiais que, no passado, a cimentavam, mas porque as representações e os valores a seu respeito se alteraram profundamente. Esta mudança atingiu as atitudes e os padrões de conduta em relação ao matrimónio e à própria constituição e estabilidade do lar.

Apoio à família
Em percentagem

[QUADRO XIII]

	Ao casal em si mesmo	Criação de mentalidade favorável ao matrimónio	NS/NR	Total
Apoio	42	55	3	100

Formação-acção
Em percentagem

[QUADRO XIII]

	Sobre o casal	Contrariando a mentalidade, inculcando valores favoráveis à vivência estável da família	NS/NR	Total
Apoio	13	73	14	100

A situação será tanto mais preocupante quanto mais se verifica que, admitindo que a vivência cristã é «um factor importante na harmonia e na estabilidade familiares» (93%), se reconhece também que «o facto de se ser católico praticante não diminui a conflitualidade e a instabilidade na família» (70%). A vivência religiosa poderá diluir, quando não diminuir, os riscos de conflitualidade, mas jamais os suprime. O ser religioso não confere valor acrescentado às pessoas no seu relacionamento social, na ausência de uma sólida formação e maturidade humanas. Não se é humano porque se é cristão, mas é-se cristão porque se é humano. O cristianismo não se constrói sobre a desumanidade.

Acresce o facto de na decisão que está na base do casamento se encontrar uma «escolha exclusivamente pessoal» dos jovens (87%). No processo de reprodução das famílias contam cada vez menos os pais. Estes possuem uma capacidade reduzida de influência em tal escolha. O casamento tem vindo a perder

a sua dimensão de contrato de interesses, porque a família deixou de ser um grupo de produção para se transformar essencialmente em grupo de consumo.

Não obstante esta perda da possibilidade de intervenção dos pais na formação dos novos lares, aqueles não aceitam que as instituições sociais desempenhem, em exclusivo, as funções que outrora cabiam à família. A grande maioria advoga um alargamento e reforço do papel dos pais em relação aos filhos.

Para se conhecer todo o alcance desta reivindicação seria conveniente saber quais são os domínios em que o papel dos pais é mais solicitado. Traduzirá esta reivindicação a exigência de um maior apoio para tornar a família mais actuante na reprodução social? Ou tratar-se-á antes da afirmação de uma maior privacidade, no reforço das suas capacidades e na actualização das suas funções? Estas são questões deixadas em aberto.

Na sequência desta reivindicação, entende-se que se deseje acompanhar, quer a «educação escolar» dos filhos (83%), quer a «educação religiosa» (80%). Está-se perante uma das obrigações que parece não serem grandemente descuidadas. Se as sociedades modernas procuram amenizar os deveres, tendem igualmente a alargar o sentido de responsabilidade em relação aos filhos. Estes tornam-se um princípio de responsabilidade dos adultos, facto que contrariará a dinâmica individualística.

A atenção prestada aos filhos mantém-se mesmo nos casos em que existem serviços de apoio julgados adequados (50%). Em muitos meios sociais há carência deste tipo de serviços, o que reforça aquele cuidado.

7.5. Tem vindo a operar-se, na mentalidade geral, uma mudança em relação aos fins do matrimónio. Na sociedade tradicional, a formação da família orientava-se prioritariamente para a procriação. Se a família era defendida e protegida como instituição fundamental da sociedade, era porque estava na base da reprodução social.

Finalidade do matrimónio

Em percentagem

[QUADRO XIV]

	Sim	Não	NS/NR	Total
Filhos — objectivo do matrimónio	18	79	3	100
Os filhos devem ser evitados porque constituem um risco	18	77	5	100
Objectivo do matrimónio — a relação entre os cônjuges, e não os filhos	18	80	2	100

Nas sociedades contemporâneas, se a família aparece como a «célula base», não será pela sua função procriadora, mas talvez mais pela sua dimensão afectiva. Os fins do matrimónio já não são declaradamente os filhos, ainda que se discorde de que é um risco ter filhos. O que parece procurar-se primariamente na vida conjugal é a relação afectiva dotada de alguma permanência.

O fim do matrimónio, segundo o sexo
Em percentagem

[QUADRO XVI]

Filhos — fim do matrimónio	Sim	Não	Total
Homem	18,67	81,33	100
Mulher	18,72	81,28	100

A frequência por sexo (com cerca de 81% de homens e mulheres que dizem que o fim do matrimónio não é a procriação, contra 19% que não estão de acordo) conserva-se a mesma quando se analisa a idade, a região de residência e as habilitações literárias.

Algumas contradições revelam-se claramente nas declarações sobre esta matéria. Nas contradições espelham-se os antagonismos existentes entre a prática social e a manifestação de opiniões.

É um risco ter filhos — estes devem ser evitados —, segundo o sexo
Em percentagem

[QUADRO XVII]

Filhos — devem ser evitados	Concordo	Não concordo	Total
Homem	18,80	81,20	100
Mulher	18,69	81,31	100

A centração na afectividade tem como efeito a valorização das relações entre os cônjuges. O casamento está a adquirir progressivamente um valor por si mesmo, independentemente da sua função procriadora. As preocupações com a natalidade não entram, frequentemente, nos objectivos dos casais ou desaparecem quando a relação conjugal conhece algum desgaste.

Prioridade dada à autonomia e à liberdade, segundo o sexo
Em percentagem

[QUADRO XVIII]

Autonomia e liberdade, preferindo ficar solteiro	Concordo	Não concordo	Total
Homem	17,78	82,28	100
Mulher	17,84	82,16	100

Mas não será por certo desta tendencial deslocação da afectividade que resulta fundamentalmente a instabilidade da família. Terá sido a própria semântica do

amor que se encontra em vias de alteração. Nas classes médias e superior, onde o número de filhos é perfeitamente controlado e obedece, em geral, à racionalidade económica, o divórcio apresenta-se como um lento esgotamento da relação afectiva e amorosa. Nas classes inferiores a ruptura matrimonial tenderá a ser vivida de forma mais dramática, uma vez que nelas o investimento na conjugalidade é totalizante e mobiliza a identidade pessoal e social das pessoas. É sobretudo aqui que existe uma forte valorização do amor-sacrifício pelos filhos.

Na presente investigação a maioria dos inquiridos (80%) não concorda, contudo, contraditoriamente, que «o principal da vida matrimonial é a relação entre os cônjuges, e não os filhos». A explicação deste facto talvez possa encontrar-se no predomínio de indivíduos oriundos dos meios rurais, de zonas pouco urbanizadas ou com uma escolaridade reduzida. 18% declaram que «o principal na vida matrimonial é a relação entre os cônjuges, e não os filhos». Nesta percentagem far-se-á sentir, provavelmente, o peso e a importância de meios e camadas sociais mais elevados, assim como as contradições acima assinaladas.

Será, do mesmo modo, a origem dos inquiridos que torna compreensível a menor valorização atribuída à autonomia pessoal, em detrimento do número de filhos. Quando colocados face à simulação «há quem pense que a autonomia e a liberdade de cada um devem ser salvaguardadas e que, por isso, é melhor ficar solteiro do que casar», se 80% respondem que não concordam, 17% estão perfeitamente de acordo.

Desfeito o casamento, voltaria a casar-se, segundo o sexo

Em percentagem

[QUADRO XVIII]

Voltaria a casar-se	Sim	Não	Total
Homem	54,27	45,73	100
Mulher	54,34	45,66	100

A mentalidade dominante é favorável à afirmação da autonomia individual, sem compromissos rígidos e sem exigências sacrificiais, de modo que o jogo da vida esteja sempre aberto, em liberdade. O tema da realização pessoal está em vias de adquirir um estatuto moral fulcral nas sociedades actuais, facto que contribui para a diluição dos ligames sociais, mesmo nos casos em que a contratualidade formal é mais rígida.

8. A análise desenvolvida até este momento tem-se centrado sobre a forma como os adultos, em lares constituídos, representam e visualizam a vivência familiar e a relação conjugal. A sensibilidade em relação a este problema é indissociável da corrente geral de ideias que atravessa as sociedades ocidentais. Existe um processo de osmose que faz com que adultos e jovens se influenciem uns aos outros, com a assimilação recíproca de atitudes e condutas.

A projecção da família na sociedade futura, sociedade que está em vias de emergir na nossa contemporaneidade, seria, de forma mais adequada, feita pela

própria juventude. Como esta aparece representada no presente inquérito com valores percentuais muito baixos (3%), e dado que tal projecção se afigura indispensável ao esboço do quadro familiar que nos propomos, os elementos até agora fornecidos e analisados poderão ser completados com resultados de inquéritos lançados junto de jovens noutro espaço e noutro tempo.

Algumas tendências, objecto de anteriores pesquisas, merecem ser sublinhadas no contexto desta análise pelo que pré-anunciam de desenvolvimentos emergentes ou já estabelecidos no domínio da família.

A sensibilidade mais corrente parece orientar-se no sentido da libertação dos diversos constrangimentos impostos pela vida colectiva. A aspiração à realização pessoal potencia e expande a vontade de autonomia e de independência.

A maior parte dos jovens vive com a família. Mas desta parece beneficiar sobretudo da sua função instrumental. De acordo com os estudos disponíveis, se pudessem escolher, somente cerca de 20% continuariam a residir na família⁴. Há algumas décadas atrás, a família era concebida, na Europa, como uma instituição limitadora da liberdade e bastante constrangedora para os jovens.

A vontade de autonomia da juventude de hoje, ao contrário do que acontecia num passado não muito remoto, é acompanhada de uma visão positiva em relação à família de origem. Os grupos etários dos 15 aos 29 anos representam a vida familiar como um dos três aspectos do seu futuro a que atribuem maior importância⁵. É, sem dúvida, um domínio que os jovens encaram com mais esperança. Um número muito reduzido de jovens olha o futuro da sua vida familiar com inquietação, indiferença ou descrença.

Este optimismo necessita, no entanto, de ser contextualizado na situação social e mental da sociedade contemporânea. Se não se procede a esta contextualização, corre-se o risco de se introduzirem interpretações enviesadas, se não mesmo erradas.

8.1. Para medir a importância do optimismo foi oferecida aos jovens, nos estudos que nos servem de base, uma escala de valores. Ora, na escala seriada por eles próprios, a família não ocupa o primeiro lugar das suas preferências em relação ao futuro. Num total de nove itens, aquela aparece em terceiro lugar (59,9%), depois da «vida afectiva» (88%) e da «profissão» (84,6%). Alguns olham com alguma

⁴ João Ferreira de Almeida, *Portugal — Os Próximos 20 Anos. Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 94-108; Paulo Antunes Ferreira, *Valores dos Jovens Portugueses dos Anos 80, Cadernos do Instituto de Ciências Sociais*, n.º 3, Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude, 1993, pp. 29-40; José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 279-316; Jean Stoetzel, *Les valeurs du temps présent: une enquête européenne*, Paris, PUF, 1983, pp. 121-143.

⁵ Pedro Moura Ferreira, «Os jovens e o futuro: expectativas e aspirações» (*Juventude Portuguesa — Situações, Problemas, Aspirações*, vol. IV), Lisboa, Instituto da Juventude/Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 82 e segs. Fernanda Barros e Helena Barão, «A comunicação na família e projectos de vida: procura da identidade social e pessoal dos jovens» (*Situações, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal*, vol. XIII), Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987, pp. 89 e segs.; Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa e João Ferreira de Almeida, «Identidades e orientações dos estudantes — classes, convergências, especificidades», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27-28, 1989.

indiferença a sua vida familiar de amanhã⁶. 15,9% apenas a apresentam como o aspecto que é valorizado em primeiro lugar.

A família não ocupará o primeiro lugar nas preocupações e nos objectivos dos jovens, precedida como é de outros interesses. A constituição de um lar não cria actualmente, de forma necessária, uma autonomia, e esta é uma aspiração fundamental. A juventude é concebida e vivida como uma fase de ambiguidade e de ambivalência, durante a qual se adquire uma identidade e uma posição sociais, que não são mais dadas à partida. É valorizada, por um lado, a ideia de que deve aproveitar-se, tanto tempo quanto possível, a independência e a liberdade próprias da juventude. Há, por outro lado, o esforço de construção de uma identidade social que é cada vez menos o produto da herança familiar.

Mais do que o casamento, parece ser hoje o trabalho que surge, nomeadamente para os jovens, como a principal forma de relacionamento social. Quer-se, em consequência, preservar a autonomia na orientação da trajectória social e profissional.

Relativamente subalternizada a família, a actividade profissional é tanto mais valorizada quanto mais, por sua vez, a afectividade perdeu a sua relação necessária com o matrimónio. A coabitação tem vindo a generalizar-se entre os jovens, nomeadamente nas classes sociais médias e em meios urbanos. Dissociada a afectividade do casamento, dá origem a outras modalidades de conjugalidade.

8.2. Aquele optimismo varia ainda em função das camadas sócio-económicas. Se nos estratos sociais mais baixos se vê na família uma «fonte de conflito», nos estratos sócio-económicos mais elevados ela surge como «local de segurança afectiva». O sentir-se bem em família varia na relação directa da subida nos estratos sócio-económicos.

Encontrando-se no lar segurança afectiva, não será intensa, contudo, a comunicação com os progenitores⁷. As relações dos filhos com os pais, cada vez menos conflituosas, são também menos frequentes e satisfatórias. A situação de conflito pressupõe e exige a existência de uma solidariedade dos pais com uma outra ordem social e moral, facto que não se comprova de forma necessária. Estes estão imersos no mesmo processo de mudança. As relações sociais dos jovens com os membros da família de origem perdem importância a favor dos contactos com os amigos. Estes últimos aparecem em primeiro lugar, logo seguidos daquelas. Os jovens de *status* social mais elevado revelam um forte sentimento de pertença e um grau superior de identificação.

8.3. Não se entende, por outro lado, a família de acordo com os modelos tradicionais. Manifestando a intenção de, no futuro, virem a casar-se, muitos declaram também optarem pela união livre⁸. Os que pretendem casar revelam preferência pelo casamento pela Igreja, em percentagem superior à dos que dizem optarem pelo matrimónio civil. A opção pelo casamento católico, presente em

⁶ Paulo Antunes Ferreira, *op. cit.*, pp. 30-33.

⁷ Idalina Conde, «A idade social e nacional dos jovens» (*Juventude Portuguesa — Situações, Problemas, Aspirações*, vol. IV), Lisboa, Instituto da Juventude/Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 88 e segs.

⁸ Fernanda Barros e Helena Barão, *op. cit.*

largas camadas da juventude, coexiste, no entanto, com a afirmação da permissividade sexual, a predisposição para a coabitação pré-matrimonial, a defesa das relações sexuais extramatrimoniais e a admissão de um futuro divórcio.

A intenção de casamento pela Igreja ganha importância nos estratos sócio-económicos mais baixos. Nas camadas sociais médias e superior sobem as taxas dos que aderem ao casamento civil e à união livre. Aquela intenção varia ainda em função das regiões. As mais elevadas percentagens a favor do casamento religioso correspondem ao meio rural, onde a força das tradições e o peso da inércia social mais se fazem sentir.

À semelhança do que ocorreu com a descristianização e a desafeição religiosa, esta corrente de ideias começa por se generalizar preferentemente nas camadas superior e médias da sociedade e nos meios urbanos e só depois se difunde nos meios rurais e nas camadas sociais inferiores.

Têm sido intruduzidas novas formas de conjugalidade sem casamento. A coabitação juvenil vem aumentando nas sociedades ocidentais. Na sequência desta evolução, o sentido da família está em vias de se alterar. Os jovens não possuem, acerca dela, a mesma concepção que tinham as gerações anteriores. Há uma crescente racionalização do casamento, em função da obtenção da realização pessoal, na infinidade de modalidades em que esta é concebida, desde a coabitação juvenil à família associação livre e à relação livre sem associação.

A importância atribuída à família a formar no futuro varia também de harmonia com as faixas etárias. É forte a valorização nos jovens casados. Estes vivem o encanto da partilha. É igualmente nas camadas mais novas que parece ser menos questionada a adesão ao casamento. Estas tenderão a projectar no porvir a situação familiar em que vivem, com as suas harmonias e conflitos.

Os jovens mais próximos do momento em que são chamados a tomar decisões e a assumir responsabilidades parecem perder algum encanto em relação ao matrimónio. Ter-se-á operado, entretanto, um processo, que não lhe será porventura favorável, de amadurecimento humano e de estruturação de valores e de preferências.

Há uma diferença entre família existente em concreto e família concebida em abstracto, assim como entre a família na sua aceção tradicional e as múltiplas modalidades de conjugalidade e de vida familiar actuais. Pode existir, de facto, um relativo desfasamento entre as atitudes declaradas e as práticas vividas, do mesmo modo que entre as representações e as intencionalidades. O grau de centralidade da família na mentalidade dos jovens tem a ver com a experiência anterior de vida no lar de origem e com as camadas sociais em causa. Existe ainda uma distinção entre a declaração expressa e a realidade actual ou previsível. À medida que se dá uma aproximação da situação concreta, parece afirmar-se mais o desencanto.

8.4. A perda de importância, por outro lado, concedida ao matrimónio e à constituição da família poderá andar fortemente associada à actual concepção da sexualidade.

O casamento deixou de ser entendido pelos jovens como forma normal de satisfação sexual, tendo por objectivo principal a procriação. Esta mudança de orientação, acima referida em relação aos casais já existentes, afecta os jovens, designadamente os universitários.

Existe, indubitavelmente, na juventude de hoje, se comparada com as gerações mais velhas, uma valorização da sexualidade⁹. Esta adquiriu uma acepção mais alargada, não se limitando às relações sexuais. O sexo-pecado foi substituído pelo sexo-prazer, ao mesmo tempo que se tornou objecto de consumo de massa, com autonomização da sexualidade em relação à ética e à vida familiar.

A relação sexual não aparece, além disso, como o termo de um contrato ou envolvimento amorosos. Pode iniciar-se mesmo como seu prelúdio, totalmente separada de qualquer expressão de sentimentos. A semântica amorosa contemporânea dissocia a relação sexual do amor e do casamento. A venalidade invade, por vezes, este domínio¹⁰. O homem, perdido na solidão das turbulentas sociedades actuais, a braços a sós com o seu próprio destino, tende a instrumentalizar o outro, mesmo na manifestação dos afectos, impossível na ausência de fortes e densas relações sociais.

Quanto mais se desce na estratificação social, mais as relações sexuais desempenham uma função de reprodução social. Aquelas relações valem então por si mesmas, como mero prazer, à medida que se sobe nos estratos sociais, aumentando, na mesma proporção, os níveis de permissividade, embora numa relação indirecta à prática da prostituição.

O estudo do alcance da difusão deste fenómeno depara, porém, com algumas dificuldades. Embora a permissividade, nesta matéria, tenha penetrado os mais diversos meios sociais, levando ao apagamento, não raro, de alguns tabus, as pessoas têm dificuldade em declarar a sua atitude mais ou menos libertária, em particular as do sexo feminino.

8.5. Se são diversas as formas de conjugalidade e de vida familiar, na mentalidade geral e, em particular, no espírito dos jovens, o casamento também não é mais visto como indissolúvel. Perdendo as características de satisfação legitimada da sexualidade, e não se orientando prioritariamente para a procriação, poderá ser vivido como uma relação mais efémera, de acordo com o espaço que oferece à afectividade e à realização pessoal¹¹. O divórcio surge, ora como solução de conflitos insuperáveis ou indicador de desencantos criados, ora como expressão de liberdade não alienada, ora como manifestação de amor e de desamor. Os jovens aceitam, na sua maioria, a possibilidade de divórcio.

Não existirá verdadeiro amor sem uma total liberdade para se amar. O matrimónio passa a ter, em consequência, a duração da verdade no amor. O valor da família está presente nas representações das pessoas e dá origem a fortes empenhamentos. Mas, se estas se casam, o matrimónio ou não é mais entendido como vínculo para sempre, ou não resiste aos contínuos conflitos que a vida traz consigo.

8.6. Alguns estudos revelam, por outro lado, que a valorização da família tende a descer desde que se alarga e intensifica o processo de urbanização. Nos meios

⁹ Paulo Antunes Ferreira, *op. cit.*, pp. 41-52. Sobre a construção social da sexualidade, v. Anthony Giddens, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1989.

¹⁰ A permissividade em relação à prostituição — negócio que envolverá em Portugal de 120 a 150 milhões de contos por ano —, para além de outra face da crise da família, manifesta a ausência de uma política familiar adequada (*A Razão*, n.º 39, 1994, pp. 51-53).

¹¹ Eurico de Figueiredo, *Portugal — Os Próximos 20 Anos. Conflito de Gerações, Conflito de Valores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

urbanos o grupo familiar reveste-se ainda de grande importância, mas tal importância decresce de harmonia com o volume e a densidade das aglomerações.

Será, no entanto, «uma ideia falsa o dizer que a urbanização desune as famílias»¹². Em muitos casos, as relações familiares podem actuar, com energia redobrada, como fuga ao isolamento e ao anonimato.

Seria necessário saber se esta valorização familiar em meio urbano não corresponde a uma primeira fase de adaptação. A vida citadina cria alguns desequilíbrios na vida dos indivíduos e esses desequilíbrios podem ter consequências em diversos domínios de actividade. Os próprios sistemas de relacionamento social são largamente afectados. Mas os sistemas sociais tendem igualmente para o reequilíbrio, ainda que em estados diferentes de reequilibração.

9. Os fenómenos que acima analisámos apresentam alguns cambiantes nas diversas regiões consideradas no presente estudo. Tais variações, não se revelando muito acentuadas, traduzem o grau de relativa refracção aos factores de mudança e a dinâmica familiar que é própria a esses meios. Não existem, porém, hoje mundos fechados. As transformações atravessam todos os espaços, embora com intensidade e volume diversos. A sensibilidade é geral. Mas, com base nos resultados do presente inquérito, poderá afirmar-se que, quanto mais forte é o processo de urbanização e sobretudo maior a exposição à influência das ideias correntes nas sociedades contemporâneas, também mais elevados são os valores percentuais relativos à consciência da crise, à nostalgia da família extensa e ao mesmo tempo à sua inadequação ao mundo de hoje, à convicção de que se dispõe hoje de menos condições para se formar um lar estável, à maior instabilidade da família, à tendência a fazer consistir o fim do matrimónio na relação afectiva entre os cônjuges, ao crescimento do número de divórcios e de recasamentos e a uma maior tendência para se evitarem os filhos. Podendo a vivência cristã ser um factor de harmonia, reconhece-se que a conflitualidade e a instabilidade invadem os lares com prática religiosa regular.

A aspiração à autonomia e o desejo de realização pessoal não actuam sempre no mesmo sentido. Se a vontade de autonomia provoca reserva em relação ao matrimónio, crescendo o número dos que sustentam ser «melhor ficar solteiro do que casar», assim como daqueles que pensam que «os filhos devem ser evitados», pelos riscos que trazem, a vontade de realização pessoal provoca a subida da percentagem dos que advogam formas mais flexíveis de conjugalidade, ou a dissolução do matrimónio, quando deixa de ser espaço de afectividade e de amor.

Estende-se a noção de família a múltiplas formas atípicas, limita-se o número de filhos (a sua proporção por casal na cidade do Porto, em relação a 1991, é de 1,42 e na de Lisboa de 1,22), perde importância a ritualização com vinculação jurídica, religiosa ou civil, aumentam as modalidades de conjugalidade livre. Para que se possa afirmar que a família não está em crise é necessário incluir no seu conceito realidades muito diversas ou limitá-lo a espaços restritos.

¹² Sabine Chalvon-Demersay, «Aimée ou haïe: la famille», in Henri Mendras, *La sagesse et le désordre*, Paris, Gallimard, 1981, p. 259.

São fundamentalmente as representações, os valores e os padrões de conduta, em geral, na sociedade que estão em causa. A acção que se queira promover em prol da família deverá, conseqüentemente, incidir prioritariamente sobre esses universos que envolvem a vida humana.

As mudanças operadas na família reflectem, na verdade, o desgaste das instituições, como estruturas normativas da vida humana. Ao contrário do que pretendiam fazer crer as análises feitas nos anos 70, as instituições perderam o seu carácter de aparelho ideológico do Estado, como defendia Louis Althusser, ou o de poder disciplinar, que assegura uma permanente opressão e um controle total sobre o indivíduo, como pensava Michel Foucault.

O processo geral de desinstitucionalização dissociou a lógica da lealdade familiar da lógica afectiva individual. Tais lógicas inscrevem-se em registos diferentes e no seu movimento passam a envolver, cada vez mais, os diversos grupos etários. As gerações mais velhas não são mais capazes de oferecer aos jovens referências estáveis. Elas confrontam-se com os mesmos problemas.

O actual processo de desinstitucionalização é contemporâneo de uma certa ausência de representações susceptíveis de orientarem a conduta dos homens na vida social. As representações sociais de outrora eram adequadas a uma sociedade estruturada e estável. As ideologias libertadoras que, há algumas décadas, ligavam a liberdade e a justiça ao derrube das estruturas tradicionais fizeram mover a sociedade, e esta mudança tornou desajustadas as representações tradicionais. O que parece estar em causa é a representação social do mundo neste final de milénio. O grande desafio que então se põe será não só o da elaboração de uma nova antropologia, mas ainda o da construção social de representações ajustadas às novas realidades e sensibilidades.

10. Não é dos nossos dias «a dissolução da comunidade doméstica»¹³. A decomposição da vida familiar está em acção em todos os tempos e é sempre acompanhada de um correlativo processo de recomposição.

Com base na análise desenvolvida, existe suficiente fundamento para se concluir que a família continua a ocupar um lugar de relevo entre os valores e as representações sociais nas sociedades contemporâneas. O casamento vem sendo praticado pela maioria da população, embora se verifique uma queda gradual das taxas de nupcialidade, dos matrimónios católicos no conjunto dos casamentos celebrados e da natalidade. Não terá sido tanto a família que entrou em crise, mas sobretudo o matrimónio.

As taxas de divórcio estão em crescente subida, mas este fenómeno afecta sobretudo o aspecto institucional e ritual do casamento. O rito tem vindo a perder grande parte do seu sentido. Aí radica a leveza dos compromissos e a maior instabilidade das uniões. A evolução das sociedades arrasta consigo a mudança na família. Está a ocorrer hoje em dia a nuclearização acentuada da família com o primado do casal, a diversidade dos modelos de convivência social, a menor adesão a valores tradicionais, a maior amplitude da autonomia individual, a crescente

¹³ Max Weber, *Economia y Sociedad*, vol. I, México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1964, p. 306.

banalização da ruptura conjugal e a diminuição do controle familiar sobre as gerações mais jovens. As pessoas tendem a ter hoje «vidas» sucessivas, feitas de uniões mais ou menos estáveis e de períodos de transição, com rupturas mais ou menos consumadas.

A estabilidade e a indissolubilidade do matrimónio são duas dimensões diversas do fenómeno familiar. A estabilidade é um facto dotado de valor ético-social. A indissolubilidade é uma questão jurídica, analiticamente independente da estabilidade. A família pode ser estável sem que o vínculo seja indissolúvel. Pode ser indissolúvel o vínculo sem que a família seja estável.

Será certamente um inferno viver uma perene conflitualidade indissolúvel. Não se torne indissolúvel o que não adquiriu suficiente estabilidade ou rodeie-se de estabilidade o que se constituiu indissolúvel.

A preocupação da sociedade deve voltar-se, por isso, mais para a estabilidade do que para a indissolubilidade, até porque esta não assegura, só por si, aquela, mesmo nos matrimónios celebrados religiosamente.

As taxas de divorcialidade seguidas de recasamento têm sido, aliás, utilizadas por diversos autores para provar a estabilidade do sistema familiar no seu todo. O divórcio não significará, de facto, o fim da conjugalidade, pois sucedem-se os recasamentos. O próprio matrimónio não terá perdido a sua vitalidade, por mais que esteja exposto a contínuo desgaste.

O que parece ter mudado são as representações acerca das modalidades de vivência em família. Flexibilizaram-se os modelos. O discurso da família assume, em consequência, um carácter polissémico, cujo sentido varia com as regiões, os meios sociais e a idade.

A família e o casamento são, na verdade, representados e vividos em formas plurais pelas diversas gerações e pelas diferenciadas camadas sócio-económicas, com grande maleabilidade de normas e maior variedade de formas.

A família é uma instituição social sujeita, nas sociedades contemporâneas, a uma dinâmica de continuidade e de mudança. Alguma inércia de comportamentos coexiste com uma alteração de valores. Domínio onde se nota grande desfasamento entre ideais e práticas, declarações e condutas, nas dinâmicas familiares inscrevem-se harmonias e conflitos, que tendem a compensar-se mutuamente. Daí resultam as antinomias que a afligem. Segundo Louis Roussel, «é porque se tornou palco das maiores expectativas que a família triunfa nas sondagens; mas é precisamente também por causa dessas esperanças exorbitantes que suscita tantas experiências de decepção naqueles que dela esperam felicidade»¹⁴. A cultura ocidental debate-se com o dilema de subordinar os valores da vida e do amor às instituições ou de condicionar estas, nas suas inércias, aos valores da vida e do amor.

Por causa deste antagonismo, pulverizam-se as modalidades de estruturação e de relacionamento no interior dos lares. A realização pessoal postula, nas representações sociais, a exigência de modelos plurais e tolerantes. Mas é também verdade que a família, em processo de recomposição, aparece como uma das estruturas mais resistentes à mudança geral operada na sociedade.

¹⁴ Louis Roussel, *La Famille Incertaine*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1989, pp. 245; A. Pitrou, *Vivre sans Famille? Les Solidarités Familiales dans le Monde d'Aujourd'hui*, Toulouse, Privat, 1978.

ANEXO

1. Considera-se vulgarmente a família como a «célula base» da sociedade:

Em percentagem

	Concordo	Não concordo	NS/NR
Porto-cidade	97	1	2
Aro Norte	97	2	1
Aro Sul	97	3	0
Nordeste	97	3	0
Norte	97	2	1
Sobretâmega	99	1	0
Sul	95	2	2

2. Há quem pense que a instituição familiar não resiste à crise por que está a passar:

Em percentagem

	Concordo	Não concordo	NS/NR
Porto-cidade	19	76	5
Aro Norte	69	19	12
Aro Sul	37	61	2
Nordeste	33	62	5
Norte	33	67	1
Sobretâmega	37	62	1
Sul	29	68	3

3. Alterou-se a forma como se constitui e se vive hoje em família — em relação ao passado:

Em percentagem

	É melhor	É igual	É pior	NS/NR
Porto-cidade	36	10	49	5
Aro Norte	36	8	50	6
Aro Sul	41	8	50	1
Nordeste	47	7	44	2
Norte	46	10	40	4
Sobretâmega	36	8	53	3
Sul	40	8	51	1

Nota. — Concelhos que integram as regiões constantes dos quadros apresentados neste anexo: Aro Norte (Gondomar, Maia, Matosinhos e Valongo), Aro Sul (Vila Nova de Gaia e Espinho), Nordeste (Felgueiras, Lousada, Paredes, Penafiel e Castelo de Paiva), Norte (Paços de Ferreira, Santo Tirso e Vila do Conde), Sobretâmega (Amarante, Baião e Marco de Canaveses), Sul (Arouca, Oliveira de Azeméis, Ovar, São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra).

4. Qual o tipo de família que pensa ser mais adequado à vida e à realização das pessoas?

Em percentagem

	Alargada	Nuclear	NS/NR
Porto-cidade	63	34	3
Aro Norte	51	47	2
Aro Sul	47	45	8
Nordeste	52	46	2
Norte	53	47	0
Sobretâmega	64	36	0
Sul	46	51	3

5. A família alargada é adequada ao mundo de hoje?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	42	55	3
Aro Norte	35	62	3
Aro Sul	25	72	3
Nordeste	34	61	5
Norte	38	60	2
Sobretâmega	33	64	3
Sul	27	69	4

6. Na sociedade actual algumas das funções da família são desempenhadas por instituições sociais. O papel dos pais em relação aos filhos deve ser cada vez:

Em percentagem

	Mais limitado	Mais alargado	NS/NR
Porto-cidade	7	92	1
Aro Norte	7	89	4
Aro Sul	6	93	1
Nordeste	15	81	4
Norte	16	82	2
Sobretâmega	12	86	2
Sul	11	86	3

7. Os jovens, ao casarem, têm hoje em dia condições para constituírem um lar estável para toda a vida?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	31	66	3
Aro Norte	36	61	3
Aro Sul	21	76	3
Nordeste	37	56	7
Norte	35	62	3
Sobretâmega	32	66	2
Sul	31	65	4

8. Considera a família actual, em relação ao passado:

Em percentagem

	Mais estável	Menos estável	NS/NR
Porto-cidade	14	84	2
Aro Norte	25	72	3
Aro Sul	16	81	3
Nordeste	34	62	4
Norte	30	65	5
Sobretâmega	28	71	1
Sul	25	71	4

9. Em seu entender, quais são os aspectos que constituem problemas ou dificuldades na sua família? Ordene as suas respostas por ordem de importância (1, 2, 3, ...):

Em valor absoluto

	Porto-cidade	Aro Norte	Aro Sul	Nordeste	Norte	Sobre-tâmega	Sul
Doença	669 1	947 1	525 2	3 700 1	1 767 1	868 1	1 767 1
Falta de condições económicas	602 2	925 2	595 1	2 844 2	1 420 2	683 2	1 420 2
Cônjuges de meios sociais diferentes	286	294	148	1 106	480	185	480
Imaturidade humana	455 4	546 4	350 4	1 541 5	857 5	381 5	857 5
Alguns vícios (álcool, ...)	308	355	179	1 371	720	296	720
Desemprego	410 5	556 3	407 3	1 658 3	1 114 3	412 3	1 114 3
Carência de habitação	483 3	452 5	347 5	1 553 4	858 4	410 4	858 4
Baixo nível cultural	337	370	246	1 322	566	321	566
Toxicodependência	165	277	180	720	417	199	417
Sida	93	155	119	426	289	145	289
Outras razões	122	193	76	296	140	51	140

10. Quais os factores que mais contribuem para a estabilidade e o bom ambiente na sua família? Ordene as suas respostas por ordem de importância (1, 2, 3, ...):

Em valor absoluto

	Porto- cidade	Aro Norte	Aro Sul	Nordeste	Norte	Sobre- tâmega	Sul
Boas condições materiais	554	610	351	1 961	978	428	921
Maturidade humana dos cônjuges	1 026	1 146 5	657	2 786	2 786 5	773	1 472
Cônjuges de meios sociais idênticos	584	451	274	1 687	749	353	811
O respeito	1 280 1	1 759 1	1 000 1	5 116	2 508 1	1 269 1	2 495 1
A compreensão mútua	1 191 2	1 443 2	835 4	3 857 3	1 931 3	1 201 3	1 870 3
Bom nível de ensino e cultura . . .	554	454	263	1 371	714	373	788
Emprego estável	781	960	569	2 400	1 369	812	1 445
O diálogo	1 129 3	709	993 2	3 742 2	2 092 2	1 220 2	2 204 2
A afectividade	1 102 5	1 380 3	801 5	2 824 5	1 650	815 5	1 638 5
A verdade	1 110 4	1 157 4	843 3	3 062 4	1 849 4	937 4	1 857 4
Outras razões	67	77	44	218	130	34	200

11. A mentalidade de hoje é favorável à constituição do matrimónio?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	32	65	3
Aro Norte	42	53	5
Aro Sul	29	69	2
Nordeste	49	49	2
Norte	43	55	2
Sobretâmega	49	47	4
Sul	40	56	4

12. A mentalidade de hoje é favorável à estabilidade matrimonial?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	19	78	3
Aro Norte	32	61	7
Aro Sul	22	75	3
Nordeste	39	56	5
Norte	33	65	2
Sobretâmega	40	57	3
Sul	30	66	4

13. O fim do matrimónio são os filhos?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	23	73	4
Aro Norte	21	73	6
Aro Sul	12	86	2
Nordeste	15	83	2
Norte	19	81	0
Sobretâmega	27	71	2
Sul	18	77	5

14. Há quem pense que, face aos perigos próprios da sociedade moderna, é um risco ter filhos e que, por isso, os filhos devem ser evitados:

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	16	80	4
Aro Norte	13	84	3
Aro Sul	24	75	1
Nordeste	19	81	0
Norte	22	75	3
Sobretâmega	12	52	36
Sul	17	79	4

15. Há quem pense que a instabilidade na família resulta do facto de os cônjuges deslocarem a afectividade do casal para os filhos:

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	24	74	2
Aro Norte	14	81	5
Aro Sul	15	82	3
Nordeste	18	78	4
Norte	17	80	3
Sobretâmega	23	75	2
Sul	12	85	3

16. Há quem pense que o principal na vida matrimonial é a relação entre os cônjuges e não os filhos:

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	25	71	4
Aro Norte	18	80	2
Aro Sul	23	76	1
Nordeste	14	84	2
Norte	22	75	3
Sobretâmega	16	82	2
Sul	18	79	3

17. Há quem pense que a autonomia e a liberdade de cada um devem ser salvaguardadas e que, por isso, é melhor ficar solteiro do que casar:

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	14	77	9
Aro Norte	11	84	5
Aro Sul	12	87	1
Nordeste	19	79	2
Norte	18	79	3
Sobretâmega	21	78	1
Sul	20	77	3

18. Pensa que a maior parte das pessoas, se desfizessem o casamento, voltariam a casar?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	47	47	6
Aro Norte	57	42	1
Aro Sul	53	41	6
Nordeste	51	45	4
Norte	61	37	2
Sobretâmega	53	45	2
Sul	45	49	6

19. Acompanha, como pai/mãe, os seus filhos no âmbito da:

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Educação escolar			
Porto-cidade	77	5	18
Aro Norte	76	2	22
Aro Sul	77	4	19
Nordeste	83	4	13
Norte	86	5	9
Sobretâmega	87	3	10
Sul	87	2	11
Educação religiosa			
Porto-cidade	70	7	23
Aro Norte	73	4	23
Aro Sul	75	6	19
Nordeste	82	4	14
Norte	79	7	14
Sobretâmega	89	2	9
Sul	84	3	13

20. Que tende a procurar mais na vida familiar? Ordene as suas respostas por ordem de importância (1, 2, 3, ...):

Em valor absoluto

	Porto-cidade	Aro Norte	Aro Sul	Nordeste	Norte	Sobretâmega	Sul
A relação afectiva	777 1	1 273 1	760 1	3 174 1	1 721 1	873 1	1 569 1
A satisfação sexual	389	402	269	1 134	599	206	592
A realização pessoal	573 3	688 3	422 3	1 835 2	1 010 3	635 2	1 045 3
A autonomia	198	305	163	792	403	194	446
Melhor nível social	377	540	270	399	809	373	871
A realização espiritual	597 2	842 3	450 2	816	124	631 3	1 173 2
Outras razões	14	84	22	96	56	12	55

21. Ao casarem, as pessoas:

Em percentagem

	Fazem escolha exclusivamente pessoal	Sofrem a influência dos pais	Escolhem e sofrem a influência dos pais
Porto-cidade	85	3	9
Aro Norte	92	4	9
Aro Sul	90	8	8
Nordeste	87	4	12
Norte	81	13	24
Sobretâmega	85	8	8
Sul	88	2	7

22. A acção de apoio à família deve incidir mais:

Em percentagem

	Sobre o casal em si mesmo	Sobre a criação de mentalidade favorável ao matrimónio
Porto-cidade	35	63
Aro Norte	44	54
Aro Sul	47	54
Nordeste	41	58
Norte	43	50
Sobretâmega	43	61
Sul	43	50

23. Considera a vivência cristã um factor importante na harmonia e na estabilidade familiares?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	91	6	3
Aro Norte	95	4	1
Aro Sul	92	7	1
Nordeste	93	4	3
Norte	91	6	3
Sobretâmega	96	3	1
Sul	90	8	2

24. Mas conhece situações em que o facto de ser católico praticante não diminui a conflitualidade e a instabilidade na família?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	73	21	6
Aro Norte	62	27	11
Aro Sul	82	12	6
Nordeste	64	30	6
Norte	77	19	4
Sobretâmega	73	24	3
Sul	72	24	4

25. No caso de se tratar de uma família com prática cristã regular, quais são as atitudes de fé partilhadas pelos elementos do seu agregado familiar?

Em percentagem

	Porto-cidade	Aro Norte	Aro Sul	Nordeste	Norte	Sobre-tâmega	Sul
Orações às refeições	14	20	7	11	9	10	14
Missa dominical	83	87	86	91	91	95	87
Terço diário	12	21	5	22	13	25	17
Terço de vez em quando	31	38	27	44	38	49	41
Acção apostólica	39	42	34	32	34	28	34

26. No meio em que vive existem serviços de apoio à família?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	65	24	11
Aro Norte	49	38	13
Aro Sul	70	21	9
Nordeste	44	49	7
Norte	28	61	11
Sobretâmega	39	53	8
Sul	41	52	7

27. Considera esses serviços de apoio:

Em percentagem

	Bons	Razoáveis	Suficientes	Maus	NS/NR
Porto-cidade	14	39	14	6	27
Aro Norte	13	30	5	5	47
Aro Sul	16	48	8	3	25
Nordeste	15	26	5	6	48
Norte	11	24	8	4	53
Sobretâmega	17	25	3	3	52
Sul	14	29	12	5	40

28. No meio em que vive existem serviços de apoio aos filhos?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	66	22	12
Aro Norte	53	30	17
Aro Sul	53	32	15
Nordeste	48	43	9
Norte	38	54	8
Sobretâmega	40	49	11
Sul	61	27	12

29. Mais do que o apoio directo à família, seria mais importante contrariar a mentalidade geral, inculcando valores favoráveis à vivência estável da família?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	80	5	15
Aro Norte	72	14	14
Aro Sul	81	7	12
Nordeste	76	12	12
Norte	74	16	10
Sobretâmega	80	8	12
Sul	57	20	23

30. Na sua paróquia considera a pastoral familiar:

Em percentagem

	Boa	Razoável	Suficiente	Inexistente	NS/NR
Porto-cidade	24	47	8	8	13
Aro Norte	18	36	13	17	16
Aro Sul	19	50	11	9	11
Nordeste	28	41	13	16	2
Norte	18	41	21	14	6
Sobretâmega	25	35	6	20	14
Sul	22	39	16	13	10

31. Quais são as actividades que podem ser realizadas na paróquia com o objectivo da promoção da família?

Em percentagem

	Porto-cidade	Aro Norte	Aro Sul	Nordeste	Norte	Sobre-tâmega	Sul
Criação de serviços de acolhimento	44	39	36	31	33	22	28
Serviço de acompanhamento de casais	45	47	42	44	33	38	30
Encontro de convívio para casais	49	53	44	54	47	51	42
Criação de grupo pastoral familiar	36	42	37	37	36	30	35
Criação de serviços de preparação para o casamento..	59	49	40	61	58	53	54
Encontro de reflexão para casais	58	49	53	53	49	49	53

32. Dos serviços que referimos, indique os que já existem na paróquia:

Em percentagem

	Porto-cidade	Aro Norte	Aro Sul	Nordeste	Norte	Sobre-tâmega	Sul
Criação de serviços de acolhimento	29	7	9	15	4	5	9
Serviço de acompanhamento de casais	12	12	18	14	6	10	12
Encontro de convívio para casais	21	16	28	21	10	5	17
Criação de grupo pastoral familiar	11	14	43	10	16	9	20
Criação de serviços de preparação para o casamento..	59	60	62	62	33	49	59
Encontro de reflexão para casais	17	18	32	25	15	7	59

33. No meio em que vive tem vindo a crescer o número de divorciados?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	66	16	18
Aro Norte	64	23	13
Aro Sul	70	20	10
Nordeste	45	49	6
Norte	63	33	4
Sobretâmega	42	49	9
Sul	64	28	8

34. Esses divorciados tendem a recasar-se?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	55	21	24
Aro Norte	45	19	36
Aro Sul	44	32	24
Nordeste	38	30	32
Norte	42	33	25
Sobretâmega	39	24	37
Sul	45	26	29

35. Os divorciados e os recasados são integrados na comunidade cristã?

Em percentagem

	Sim	Não	NS/NR
Porto-cidade	27	32	41
Aro Norte	31	31	38
Aro Sul	38	33	29
Nordeste	46	29	25
Norte	51	30	19
Sobretâmega	48	20	32
Sul	41	30	29

36. Sexo:

	Percentagem
Homem	75
Mulher	19
NS/NR	6

37. Idade:

Anos (média)	44
------------------------	----

38. Residência:

	Percentagem
Cidade	20
Vila	18
Aldeia	56
NS/NR	6

39. Estado civil:

	Percentagem	Ha quanto tempo (anos)
Solteiro(a)	3	—
Casado(a).	89	20
Viúvo(a).	2	7
Divorciado(a).	1	3
Outra situação	0	0
NS/NR	5	—

40. Habilitações literárias:

Em percentagem

	Do chefe de família	Do cônjuge
1.º ciclo (4.ª classe).	49	42
2.º ciclo.	15	13
9.º ano.	8	5
10.º-11.º anos.	5	4
12.º ano	3	3
Curso médio.	5	7
Curso superior	6	4
Nenhuma	1	2
NS/NR	8	20

41. Pessoas residentes (elementos da família que vivem na mesma casa):

	Percentagem
Uma	2
Duas	8
Três	19
Quatro	26
Cinco	18
Seis	13
NS/NR	14

42. Parentesco:

	Percentagem
Avô	1
Avó	2
Pai	6
Mãe	7
Esposa	33
Marido	11
Filhos	35
Netos	2
Outro parentesco	4

43. Reunião diária às refeições:

	Percentagem
Sim	82
Não	8
Todas as refeições	37
Só ao almoço	3
Só ao jantar	43
Só aos fins de semana	5
Só de vez em quando	4
NS/NR	10

44. Convívio com estranhos:

	Percentagem
Sim	63
Não	18
Outros familiares	54
Com não familiares	36
NS/NR	19

45. Ocupação profissional:

	Por conta própria	Por conta de outrem	NS/NR
Marido	26	55	19
Esposa	18	40	42
Filhos	3	15	82

46. Desemprego:

	Percentagem
Não	60
Sim	12
Marido	3
Esposa	5
Filhos	3
NS/NR	28

47. Local da profissão:

Em percentagem

	Do chefe de família	Do cônjuge
Localidade da residência ...	49	44
No país	35	16
No estrangeiro	1	0
NS/NR	15	40